

8.ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Odivelas

17.04.2024

PAOD

DECLARAÇÃO POLÍTICA 25 DE ABRIL DE 2024

Comemoram-se em breve cinquenta anos da Revolução de Abril.

Nessa data, um grupo de jovens oficiais das Forças Armadas Portuguesas, puseram fim à mais longa ditadura na Europa.

Saudar esses militares que corajosamente enfrentaram a ditadura é, pois, um ato da mais elementar justiça.

Em nome do PCP e da CDU expressamos o nosso profundo apreço pela sua coragem e determinação.

A Revolução de Abril é o corolário de uma longa luta do povo português contra a ditadura.

O tempo histórico das décadas de sessenta e setenta do século passado, apontava claramente para a mudança e só a ação sistemática e brutalmente repressiva da ditadura prolongava uma situação que se tornara do ponto de vista nacional e internacional insustentável.

O atraso do país era um facto indesmentível e que nenhuma propaganda de então ou dos dias presentes poderá desmentir ou ocultar.

À repressão e censura aliavam-se duríssimas condições de vida para a maior parte dos portugueses. Basta recordar a taxa de analfabetismo então existente, a falta de apoios sociais e na saúde, a mais que limitada rede elétrica e de infraestruturas de água e saneamento básico ou os cento e cinquenta mil portugueses que viviam em bairros de lata sem quaisquer condições, e isto para apenas referir a área metropolitana de Lisboa Norte.

Somemos a isto os salários de miséria e o facto de nem existir qualquer rendimento mínimo garantido. O estado fascista negava qualquer proteção social. Protegendo com fervor as grandes famílias monopolistas de então, o estado fascista desprezava e condenava à sua sorte a maioria esmagadora da população portuguesa.

Empurrados para a miséria e para a guerra, foram milhões os portugueses que se viram obrigados a emigrar.

Salazar, à custa de uma repressão brutal, tinha conseguido sobreviver às farsas eleitorais que montara com o objetivo de branquear internacionalmente o seu regime, após a derrota das forças nazi-fascistas na segunda guerra mundial. As campanhas presidenciais de Norton de Matos e Humberto Delgado não lograram a alteração do regime ditatorial português, mas constituíram episódios marcantes no desenvolvimento da consciência democrática dos portugueses.

No início da década de sessenta uma sucessão de acontecimentos vai abalar regime.

A 3 de Janeiro de 1960 dá-se a espetacular fuga do Forte de Peniche de destacados dirigentes do Partido Comunista Português, entre os quais está Álvaro Cunhal.

Logo em Janeiro de 61, uma espetacular ação levada a cabo por um oficial vindo das fileiras do regime, Henrique Galvão, toma o palco mediático ao desviar o paquete Santa Maria.

Segue-se a perda de Goa, Damão e Diu e pouco tempo depois tem início a luta armada dos movimentos de libertação em Angola. Na passagem de ano de 61 para 62, tem lugar a revolta de Beja onde sobressai a figura do então capitão Varela Gomes. Em 1962, eclode uma grave crise académica na Universidade de Lisboa e nos campos do sul e centro um forte movimento grevista pelas oito horas de trabalho sai vitorioso.

Em Abril de 1964 Álvaro Cunhal apresenta ao congresso clandestino do PCP o célebre Rumo à Vitória que constituirá um poderoso guia de ação do Partido e das forças oposicionistas ao regime.

Tudo parecia correr mal a Salazar e, contudo, ele vai conseguir sobreviver, refinando os métodos repressivos sobre o povo em geral.

Caetano não sobreviverá às contradições do regime que ajudara a criar e de que era herdeiro.

A partir do segundo quartel do século passado vai consubstanciar-se, em termos internos, o alargamento da frente que lutava pela democracia e contra a tirania do regime. A sucessão de factos relatados é disso uma irrefutável prova.

A frente antifascista ganhava adeptos e alargava-se notoriamente. Sucediavam-se as greves em setores ligados à indústria e ao campesinato, e tais movimentos alargavam-se a outros grupos sociais. Disso são exemplos as crises estudantis que quase paralisaram as universidades e a greve e manifestação dos trabalhadores bancários e outras.

As farsas eleitorais organizadas já no tempo de Marcelo Caetano, ao contrário do que o regime esperava, contribuíram para o isolamento do regime. A realização do Congresso da Oposição Democrática em Aveiro e a repressão que se seguiu quando da romagem ao túmulo de Mário Sacramento, deixavam claro que a anunciada “primavera marcelista” não passava de um embuste. As forças da oposição ao regime, mostravam cada vez mais a sua capacidade de se unir e cerrar fileiras pelo derrube da ditadura.

A continuação da guerra nas colónias portuguesas, acentuava o isolamento internacional de Portugal e constituía uma sangria de recursos humanos e materiais que impediam o desenvolvimento do país. A obstinação do regime em não enveredar pela via de qualquer diálogo com os movimentos de libertação, mostrava que a guerra se eternizaria e que tal como no caso da Guiné-Bissau, as possibilidades de situações extremamente complexas do ponto de vista militar não deviam ser excluídas.

A PIDE, que ardilosamente mudara de nome para DGS, continuava a sua sanha de perseguições políticas e, as prisões como Caxias e Peniche, continuavam a ser o destino de quantos tinham a coragem de se opor à ditadura. Milhares de portugueses passaram pelas prisões fascistas.

Num mundo em acelerada mudança, Portugal parecia condenado à imutabilidade e a viver “orgulhosamente só”, como o ditador Salazar defendera.

A ação das forças antifascistas, com particular destaque para o PCP, que tinha conseguido manter a sua organização clandestina durante os longos anos de ditadura, chegava cada vez mais aos sectores operários, aos campos, às classes médias citadinas e ao mundo da intelectualidade progressista.

A revolta e a consciência dos impasses a que o regime tinha chegado, começavam a influenciar fortemente as próprias Forças Armadas e em particular os seus quadros jovens. Faltava, pois, a faúlha de ignição para o derrube da ditadura a qual se veio a materializar no Movimento Das Forças Armadas.

O caracter progressista do MFA dos Capitães de Abril, é desde logo transposto para o seu programa dos três Ds: desenvolvimento, democratização e descolonização.

Quando na própria madrugada e durante todo o dia as massas populares saem às ruas e se colocam lado a lado com os militares revoltosos, ficava claro que o que estava em causa era a realização de profundas transformações na sociedade portuguesa. A Revolução de Abril estava em marcha!

Passado meio século é oportuno destacar algumas características dessa revolução.

Em primeiro lugar importa lembrar e destacar a adesão popular que desde o início acompanha as ações militares. O povo de Lisboa está literalmente na rua ao lado dos jovens militares revoltosos, imprimindo com a sua presença um forte sentido libertador e democrático às ações em curso.

Após 48 anos de ditadura e de violenta repressão, a Revolução de Abril fez-se praticamente sem derramamento de sangue o que salienta o completo isolamento do regime, a maturidade dos oficiais revoltosos, mas também a enorme magnanimidade das forças opositoras ao regime.

A Revolução de Abril, foi, pois, exemplar aos mais diversos níveis, denotando desde o início um caracter eminentemente democrático, nacional e patriótico.

Pela primeira vez, em novecentos anos de história as camadas mais desfavorecidas e exploradas da população portuguesa entravam no processo transformador com o seu programa político próprio e com as suas organizações específicas.

Como corolário do processo transformador a Assembleia Constituinte, aprovou em 1976 uma Constituição da República que vincava os aspetos mais modernos e progressistas que deveriam enformar o futuro de Portugal.

É, pois, com sentido de responsabilidade e orgulho que saudamos aquela que é já hoje uma das datas maiores da história do Povo Português.

Viva o 25 de Abril

Viva Portugal livre e democrático

Odivelas, 17 de Abril de 2024

O Vereador da CDU



Paulo Ferreira